



Câmara de Vereadores do Município de Lidianópolis-Pr.

Estado do Paraná – CNPJ/MF nº 72.483.597/0001-83

Rua Juscelino Kubitschek, 327- CEP 86.865-000 - Fone (43) 3473-1281
camara@cmlidianopolis.pr.gov.br

PARECER JURÍDICO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 80/2022.

DISPENSA Nº 13/2022.

ASSUNTO: PARECER JURÍDICO DISPENSA DE LICITAÇÃO

1. RELATÓRIO

Trata-se de Parecer Jurídico relativo ao Processo Administrativo nº 80-2022, Dispensa de Licitação sob o nº 13-2022, cujo objeto é a ***Aquisição de Equipamentos de Informática e Ar Condicionado que serão destinados para a Câmara de Vereadores do município de Lidianópolis – PR.***

Sendo assim, vieram anexos ao pedido os documentos que instruem o presente processo licitatório.

Diante do exposto, passo para análise jurídica do presente processo.

2. MÉRITO

De acordo com a informação contida na solicitação Administrativa, a contratação será no montante máximo de **R\$ 13.590,00 (treze mil quinhentos e noventa reais).**

O Departamento Contábil informa a existência de previsão de recursos de ordem orçamentária para fazer face às obrigações decorrentes da contratação, esclarecendo que o pagamento será efetuado através das seguintes dotações orçamentárias nº: **01.001.01.031.0001.2001 – Atividades Legislativas.**

Sendo assim, em conformidade com o estabelecido nos incisos I e II, do artigo 167 da Constituição Federal e inciso III, § 2º, do artigo 7º da Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal de Lidianópolis – PR e-mail:
procuradoriajuridica@cmlidianopolis.pr.gov.br



Câmara de Vereadores do Município de Lidianópolis-Pr.

Estado do Paraná – CNPJ/MF nº 72.483.597/0001-83

Rua Juscelino Kubitschek, 327- CEP 86.865-000 - Fone (43) 3473-1281
camara@cmlidianopolis.pr.gov.br

Tendo em vista a adequação e o preço estimado apresentado pelo setor competente, e que o valor não ultrapassa o limite legal estipulado, a licitação dar-se-á como Dispensa, nos moldes do artigo 24, inciso II, descritos na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, conforme segue:

(...) "Para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez."

Cumpra esclarecer que, no caso de dispensa de licitação, para maior transparência do procedimento, deve ser realizada pesquisa de preços com, no mínimo, 03 (três) empresas do ramo. Assim, a Câmara deverá celebrar contrato com aquela que oferecer o menor preço, em atenção aos Princípios da Administração Pública.

Ressalte-se, que deverá ser elaborada minuta do contrato administrativo, nos termos do art. 55 da Lei nº. 8.666/1993.

CONCLUSÃO:

A vista destas considerações, e analisando a documentação acostada aos autos do Processo Administrativo de Licitação, destinado a contratação conforme objeto do presente certame, opino de forma FAVORÁVEL da Dispensa de Licitação nº 13/2022.

É o Parecer, salvo melhor juízo.

Lidianópolis – PR, 06 de dezembro de 2022.

MATTHEUS F. DE OLIVEIRA SILVA
ASSESSOR JURÍDICO
OAB/PR 85.255